



## DO LAR A FÁBRICA: CAMINHOS E DESCAMINHOS DA TRAJETÓRIA OPERÁRIA PRIMEIRA REPÚBLICA (1892/1919) - SALVADOR/ BAHIA

Vanessa Cristina Santos Matos<sup>1</sup>

**Resumo:** *Este trabalho tem como objetivo articular a categoria histórica gênero e o conceito de classe no contexto da vila operária inaugurada em 1892. O sistema vila-fábrica tinha como meta estabelecer uma relação harmoniosa entre os interesses do capital em contrapartida a exploração da classe trabalhadora. A imagem paternalista construída pelos industriais, visava confundir a autoridade patronal a do pai, para assegurar a integração dos(as) trabalhadores(as) ao aparato produtivo, resgatando a imagem da família para pensar a fábrica como uma extensão do lar, negando-se o conflito capital/trabalho, legitimando e restringindo os papéis sociais entre os "sexos", nos limites da esfera de produção (público) e reprodução (privado), e sugerindo a idéia de uma harmoniosa cooperação entre todas/os. Assim, a vila operária era um importante componente histórico para entender as relações hierarquizadas de gênero a partir do lugar de classe e os conflitos sociais oriundos dessa dinâmica de exploração e opressão: as greves operárias de junho (geral) e setembro (tecelãs), de 1919.*

**Palavras-chave:** Gênero; Trabalho; Produção; Reprodução.

### TÓPICOS SOBRE A DINÂMICA DO TRABALHO FABRIL

Assim como a Companhia Empório Industrial do Norte, a Progresso Industrial da Bahia e a União Fabril (composta por seis fábricas) também operou o sistema fábrica – vila sob a égide do paternalismo industrial. Com uma estrutura de moradia para os(as) seus(suas) operários(as) e com um “serviço de amparo e proteção”. Assim ficou conhecida a vila operária, ou melhor, a “vila higiênica” e “racionalizada”. A construção dessas vilas insere-se no processo da industrialização, constituindo-se numa etapa de formação do operariado, iniciativa que visava à fixação da mão-de-obra ao espaço de trabalho. “Isso significava dizer que o controle da moradia era um passo a mais em direção ao controle eficiente da mão-de-obra”<sup>2</sup>. Entretanto para pensar o cotidiano das(os) operárias(os) que residiam nesses espaços, com a finalidade de analisar a dinâmica das relações sociais de gênero nas esferas: de produção e reprodução (público e privado) chamamos atenção sobre a estrutura de organização da vila Operária da Boa Viagem pertencente à Companhia Empório Industrial do Norte, em virtude do volume de informações (fontes) encontradas.

O modelo de acumulação da primeira fase do capitalismo industrial (numa sociedade agrário-exportadora) correspondeu a um perfil de trabalhador(a) urbano(a), e sobre este recaiu a forma mais absoluta exploração do trabalho e de extração de excedente: com jornadas estafantes, salários abaixo do nível de sobrevivência, sem repouso, férias, marcado por uma contínua instabilidade e insegurança do trabalho (principalmente pela ausência de quaisquer tipos de direitos sociais). Assim, a vigência do *Laissez faire* no cotidiano operário constituiu algo inerente

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL. Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - NEIM / UFBA. E-mail: [van.rev@ig.com.br](mailto:van.rev@ig.com.br).

<sup>2</sup> TEIXEIRA, Palmira Petratti. A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.74



as relações de trabalho, já que não havia uma legislação “universal” que protegesse os direitos dos trabalhadores. As relações sociais de trabalho situavam-se numa dinâmica de imprevisibilidade, de acordo com as “pactuações” feitas nas diversas unidades de produção. Em regra, estes podiam ser demitidos a qualquer hora, após anos de serviços prestados, sem nenhum tipo de justificativa, muitas vezes sem indenização por acidentes de trabalho. Portanto aos(as) trabalhadores(as) não cabiam sonhos, expectativas ou grandes perspectivas de melhoria da qualidade de vida (FAUSTO, Boris, 1970).

Assim, as condições de vida da classe operária em Salvador eram de profunda opressão, subsistência e privação dos meios para participar do mercado de consumo, de bem estar, de direitos a liberdade e esperança. (MARTINS, 1997: 18). A indústria capitalista mecanizada empreendeu a associação da exploração extensiva com a intensiva, com o prolongamento da jornada de trabalho a produção, sem promover qualquer tipo de alteração do capital investido em maquinaria, edifícios e muito menos nos salários, ou seja, trabalhava-se muito e ganhava-se muito pouco (sendo o setor têxtil dentre os demais o que possuía proporcionalmente a mais longa jornada de trabalho).

#### **A VILA OPERÁRIA: DO LAR A FÁBRICA (CAMINHOS E DESCAMINHOS)**

A fábrica da Boa Viagem (uma das mais lucrativas do ramo) juntamente com a vila operária constituía o que seu idealizador, Luis Tarquínio chamava de “A Cidade Trabalho”, a Companhia Empório Industrial do Norte. O que de antemão nos leva analisar a constituição social desta categoria têxtil, o que no caso da Bahia as informações do Recenseamento Industrial de 1920 apontam a eminência da força de trabalho feminina, o que equivalia a 67.3% de operárias mestiças e negras (reflexos de um longo processo de escravidão) dado que a imigração na Bahia foi essencialmente irrelevante. Assim como refletir sobre os procedimentos de aprisionamento dos (as) trabalhadores (as) no cotidiano da produção fabril e do controle exercido na reprodução (no lar).

O capitalista ao forjar um regime em que delimita num mesmo espaço os dois universos: o trabalho fabril e doméstico (família) exerce um intensivo controle sobre as condições de produção de bens e essencialmente da produção dos seres humanos, com mecanismo de fiscalização em todos os momentos da vida social. Já que o trabalho doméstico esta no cerne da opressão e o casamento se constituiu num mecanismo formal, através do qual os serviços são prestados gratuitamente, crianças são geradas, alimentadas e “educadas” para servirem ao capital.

A partição dos sexos na produção, atividade relacionada à produção de bens materiais e serviços, ou seja necessárias ao processo de produção ou que se prolongam na esfera de circulação: transporte, manutenção e distribuição e que são portanto criadoras de valor e mais valia (MARX, 1985: 43) e na reprodução: conjunto de atividades com o objetivo de produzir as condições para que as pessoas nasçam, se desenvolvam e envelheçam, assistidas em suas necessidades: alimentação, higiene, vestuário, saúde, e educação, se traduzem numa divisão sexual do trabalho estruturante nas relações assimétricas entre os sexos. Daí a designação prioritária das mulheres para o trabalho doméstico (COMBES; HAICAULT, 1987), que é por excelência uma atividade reprodutiva, responsável pela produção de valores de uso dentro do lar, para consumo direto dos membros da família. O capitalista assim estabelece mecanismos de fiscalização e controle de todos os membros e em todos os momentos da vida social, mas essencialmente das mulheres. Do lar (nas vilas ou cortiços em áreas distantes) a fábrica.

A vila operária foi inaugurada em 1892, tendo como meta estabelecer uma relação harmoniosa entre os interesses do capital em contrapartida a exploração da classe trabalhadora.



Segundo foi noticiada pela imprensa no período, a vila operária de Luis Tarquínio, foi projetada sob inspiração das *tenement-houses* inglesas (pelo menos em relação à disposição física dos edifícios), contando com uma organização social própria as particularidades geográficas, socioeconômicas e culturais do operariado fabril têxtil baiano. Considerada no período por políticos e imprensa pela sua importância social como política habitacional popular, face que “em meio à condição urbana brasileira, os pobres ocupavam bairros normalmente quentes, úmidos e sujos, focos de inúmeras doenças” (STEIN, 1917: 69). A vila representava uma possibilidade de “socialização” e “integração” das esferas: pública e privada, além de ser um dispositivo estratégico de controle, fiscalização e moralização dos/as trabalhadores/as, por parte do patronato como podemos identificar pelas descrições e análise desenvolvida.

Para atender aos interesses dos industriais, o bom funcionamento das fábricas têxteis, assegurar a disciplina, inibir a indolência e sobretudo exercer um intensivo e ostensivo controle moral e reprodutivo, criaram um sistema de serviços sociais destinados a assistir o(a) trabalhador(a) desde o nascimento (já que esta estrutura foi projetada para formar dentro dos padrões impostos operárias(os) aptos as necessidade de produção e reprodução do capital e da força de trabalho), até a morte. Assim “entendida como grupo de famílias vivendo juntas sob a administração verdadeiramente paternal” (STEIN, 1917: 69).

A vila operária da Boa Viagem era formada de 258 casas residenciais, de três tipos, com dois pavimentos, e jardins. Contando nas proximidades com açougue, gabinete médico (para atendimento médico-hospitalar e dentário “gratuito”), sob a direção de Adriano dos Reis Gordilho, farmácia, edifícios para lojas, armazém de abastecimento, salão de esportes, além de terem o fornecimento “gratuito” de água e iluminação elétrica que inicialmente era fornecida por um motor instalado na própria vila e que no início do século XX, passou a ser feita com regularidade pela bateria de acumuladores anexa ao grupo diesel elétrico (APEB, Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte, parecer do Conselho Fiscal apresentados aos Srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral ordinária de 2 de abril de 1918, p. 7). Segundo uma matéria feita pelo jornal “A Tarde” a companhia concedia-lhes a gratificação de 10% sobre os dividendos distribuídos com os seus acionistas cuja quota há sido retirada de uma parte destinada a caixa de pensões a operários a fim de socorrer aqueles que se invalidarem por velhice ou por moléstias adquiridas no decurso do trabalho (APEB, A Tarde, julho de 1923).

No centro da vila existia uma praça arborizada (em 1898 foi colocada à estátua de Luiz Tarquínio, o patriarca), com dois coretos, onde aos domingos se apresentavam filarmônicas composta de operários da fábrica e a banda da polícia (espaço de “sociabilização e lazer”). Para as (os) operárias (os) morarem nas casas da vila, pagavam durante os primeiros cinco anos de trabalho um aluguel mensal, passado este tempo, os (as) mesmos (as) se julgados “eficientes” poderiam ser dispensados do pagamento de aluguel, e ao completar 10 anos recebiam uma casa fora da Vila (SAMPAIO, 1975).

O assistencialismo social assentado na formação operária e na conciliação entre os interesses do capital e trabalho, na organização da produção e reprodução foi o objetivo do industrial Luis Tarquínio com a vila operária, fonte “in”direta de lucros e de massificação ideológica. Percebermos o seu peso social no relatório da Companhia de abril de 1897, onde foram feitas referências comparativas às faltas dos (as) operários/as que moravam na vila em contrapartida aos que habitavam fora ou eram de outras fábricas, registrando-se um percentual ínfimo de faltosos da Boa Viagem, que não chegou a 1%, em relação às outras fábricas, que atingiam uma média superior a 15%. “A fábrica da Boa Viagem possui, hoje, 490 teares e para cada tear parado o prejuízo real é de três mil reis diários: 15% de faltosos representam 150 contos anuais” (APEB, Relatório da Companhia Empório Industrial do Norte, 1897).



O Relatório da empresa de 1897 caracteriza o perfil de operário (a) que se pretendia formar, para que o trabalho fosse produtivo: “é preciso que o operário tenha tranqüilidade de espírito e vigor físico”. Com esse intuito teria que ser oferecido conforto, criando condições para que estes produzam mais e melhor. Os “benefícios” fornecidos pela companhia (com alimentação, vestuário, lazer etc.), que não compensavam os baixos salários, procuravam despertar sentimentos de lealdade em relação aos patrões, como instrumentos de controle social (APEB, Relatório da Companhia Empório industrial publicado no Diário de Notícias, 1904). Assim, A justiça social tão clamada por Luiz Tarquínio era expressão dos interesses de uma ascendente burguesia que defendia a adoção de medidas que elevassem o “nível do trabalhador”, do consumo, eficiência e produtividade e garantisse o crescimento econômico.

A escola Rui Barbosa que foi considerada uma das mais importantes realizações, ocupava o maior edifício da vila, aonde os(as) filhos(as) dos(as) operários(as) recebiam uma “educação elementar formal”, formação da(o) futura(a) operária(o), lá aprendiam artes: música, dança, teatro, desenho, pintura e línguas estrangeiras), devendo ser enquadrados(as) num modelo de comportamento socialmente difundido e identificado com o(a) trabalhador(a) padrão: sempre disposto, obediente e resignado, atendendo aos interesses patronais de renovação da força de trabalho. A educação na escola ficava sob a responsabilidade das professoras formadas pela Escola Normal, da Escócia e EUA, tendo como diretora geral, Anna Cheney, que também havia dirigido o Hampton Institute. A importância dada ao aprendizado das crianças era medida pela importação de profissionais de outros países, evidenciando a desvalorização do profissional em educação do estado da Bahia. Outra constatação feita que reforça esta posição, é referente aos salários dos professores onde o relatório destaca superioridade dos salários pagos aos professores da escola Rui Barbosa em relação aos valores recebidos pelos(as) professores(as) estaduais (SAMPAIO, 1975).

A educação na vila também era uma valiosa ferramenta do processo de formação humana e profissional, essencial para contenção dos conflitos inerentes a relação capital-trabalho, e, sobretudo para garantir a manutenção da “ordem”. Isso na medida em que se procurava racionalizar a produção, exigindo-se uma mão-de-obra fosse bem treinada, moralmente e mentalmente disciplinada e adequada aos papéis sociais da mulher como esposa, mãe (reprodutora) e operária (sendo o fruto de seu trabalho, o salário, socialmente identificado como complementar a renda familiar) e o homem (o chefe da família, o provedor).

Na vila as escolas primárias tinham uma frequência média de 200 alunos e a escola de música de 50 pessoas (APEB, Relatório da Companhia Empório industrial publicado no Diário de Notícias, 1904). Além da unidade de ensino e da biblioteca havia uma creche para os filhos das operárias, que segundo consta no relatório, não havia entrado em funcionamento até o ano de 1899, devido às mães operárias preferirem deixar seus filhos(as) sob o cuidado dos parentes (APEB, Relatório da Companhia Industrial do Norte 1896). Mesmo exercendo uma dupla jornada de trabalho, a responsabilidade dos cuidados e da educação das crianças, continuavam a ser das mães operárias, recaindo sobre estas o peso da ausência no lar, daí a resistência em permitir que estranhos assumissem um papel que a sociedade impunha que fosse delas. As mulheres, portanto continuavam a ser consideradas baluartes da moral social, as guardiãs das relações sociais de gênero dominantes e como não poderia ser diferente cabia a este modelo de educação, ser instrumento de alienação, exploração e opressão.

Os habitantes da vila operária obedeciam a um rígido regulamento, que segundo o engenheiro da Companhia Empório Industrial do Norte, José Simão da Costa tinha como finalidade “transformar em massa uniformemente obediente e passiva uma classe refratária por índole e por hábito, à ordem e ao asseio” (Apud, COSTA, 1975: 89). Garantido a sua aplicação um corpo de polícia permanente. O regulamento era instrumento de domínio social dos patrões,



exercido através das ações moralizadoras e disciplinares, uma espécie de adestramento aos dominados, que viabilizava uma maior produtividade e conseqüentemente uma considerável extração de rendimentos. Como em espaços próximos circundavam a moradia/trabalho doméstico, o trabalho extra-lar e o lazer. Essa dinâmica social de isolamento operário confundia aparentemente os espaços, público e privado, ficando assim mais fácil estabelecer mecanismo de padronização de comportamento, sem, no entanto mexer nos condicionantes de gênero, numa perspectiva de tornar as (os) operárias (os) presas fáceis aos desmandos patronais. As incessantes tecnologias de disciplinamento penetravam no inconsciente coletivo, do interior do espaço de produção ao percurso de volta a casa, influenciando e controlando a vida do (a) trabalhador (a) fazendo-se presente em todos os momentos: na fábrica, na família e no lazer. “O projeto de integração do proletariado e de suas famílias (...), da domesticação literal, desdobra-se em múltiplas estratégias de disciplinarização: mecanismos de autoridade patronal e vigilância que atuam no interior da fábrica e fora dela” (RAGO, 1985: 12).

As casas na vila operária eram agrupadas em oito blocos, com portões fechados pela polícia interna às 21 horas. Ficando estabelecidas restrições de acesso em horários inapropriados aos moradores assim como a presença de estranhos, que deveria ser previamente autorizada. Inspeções eram feitas aos sábados, devendo os moradores zelar pela higiene, moral e os bons costumes. Pensando na eficácia desses instrumentos de coação, nos primeiros anos da Vila Operária foram criados o jornal *O Operário*, e em 1899 a revista dominical *Cidade do Bem*, direcionado aos operários e reunidos por Luis Tarquínio numa publicação intitulada: “Preceitos Morais e Cívicos” de 1901. Nos artigos do jornal, o trabalho era exaltado e considerado como único meio de alcançar a dignidade, a salvação humana e conservação da família. Estimulando e defendendo a importância do trabalho, sobretudo o feminino:

“horrorizam-se diante da idéia de que suas filhas vão trabalhar em uma fábrica, mas não se lembram de que a maior garantia para a honra da mulher esta na sua independência, na ausência de privações, e que aquela que trabalha em uma fábrica, que ganha por si mesma os meios de subsistência, esta mais garantida sobre os botes da sedução, contra os ataques da perversidade, do que a agregada, a necessitada e a protegida” (APUD, TARQUINIO, Luis. Preceitos Moraes e Cívicos, 1999: 128).

A preguiça foi representada como: “uma mulher vestida de teia de aranha, andando e apoiada ao braço da fome, tendo por séquito as misérias” (Apud, TARQUINIO, Luis. Preceitos Moraes e Cívicos, 1999: 128). Condenavam-se também todos os comportamentos tidos como desagregadores da ordem social produtiva: tagarelice, vadiagem, embriaguez, mexericos, maledicência e orgulho, exaltando o patriotismo.

Em relação ao pagamento das casas da vila operária, o trabalhador recebia os descontos do aluguel no que podia representar um grande percentual sobre seus ganhos. Não era, portanto uma moradia gratuita ou módica como se tentou difundir no meio político e em alguns órgãos da imprensa, pelo contrário. Em 1918, o aluguel semanal correspondia a quase cinco dias da empreitada de um trabalhador adulto do sexo masculino (RAGO, 1985: 34), que correspondia ao dobro do salário feminino.

A imagem paternalista presente no sistema fábrica-vila, construída pelos industriais, numa dimensão ideológica, visava confundir a autoridade patronal a do pai, para assim assegurar a integração do trabalhador (a) ao aparato produtivo, resgatando a imagem da família para pensar a fábrica como uma extensão do lar, negando-se a existência do conflito capital/trabalho, legitimando e restringindo os papéis sociais entre os “sexos”, nos limites das esferas de produção (público) e reprodução (privado), e sugerindo a idéia de uma harmoniosa cooperação entre as



peçoas, uma verdadeira irmandade. A forte presença do discurso pedagógico dos industriais restringiu as formas de expressão e interferiu nos rumos da formação da classe operária (SAMPAIO, 1975). Não foi por acaso que a primeira greve na fábrica da Boa Viagem só veio a acontecer em 1907, após a morte do industrial Luis Tarquínio (RUBIM; RUBIM, 1982: 26). A greve contou com a presença de grande parte das (os) operárias (os) da fábrica que abandonaram as atividades durante alguns dias, fato que interferiu nos lucros da empresa, e que mesmo assim já ultrapassavam o do ano anterior. Embora essas ações operárias tenham marcado um período anterior à conjuntura de efervescência das lutas sociais na Bahia, estas já evidenciam o despertar de um descontentamento e o sentimento de pertencimento (a um dado grupo social). Assim, as modificações das relações entre o patronato e os (as) operários (as) refletiram diretamente na organização da classe operária, que deve ser pensada a partir dos elementos conjunturais das relações (assimétricas) de gênero.

## **A AÇÃO OPERÁRIA EM 1919: LUTAR ORGANIZAR E RESISTIR**

A conjuntura do imediato pós-guerra além de aprofundar a depressão salarial e a deterioração das condições e relações de trabalho, pelo encarecimento e falta na mesa do trabalhador (a) dos gêneros de primeira necessidade (charque, pão farinha de mandioca etc.), pela precariedade e aumento dos transportes e especulação dos preços dos aluguéis (APEB, O Tempo, 1919) Possibilitou o fortalecimento das lutas sociais, forjada através de uma identidade de classe e de gênero.

A princípio a maior parte das movimentações operárias na Bahia foi marcada pelo espontaneísmo das ações, pela brevidade das paralisações e principalmente pela ausência de instrumentos organizativos (sindicatos). A maioria das greves até então ocorridas tinham origem isolada numa fábrica ou oficina específica e centravam-se em reivindicações pontuais, por salários atrasados, re-incorporação de trabalhadores demitidos, ou por aumento de salários. Até então não havia existido um movimento grevista que articulasse um conjunto de categorias abarcando uma agenda de lutas com pauta de reivindicação, geral e específica. A conjuntura internacional e os condicionantes nacionais locais (crise inter-oligárquica, flutuações econômicas e tensões sociais). Refletiram diretamente nas lutas operárias. “No nível nacional, o ressurgimento das lutas proletárias tem como marco básico a greve geral de junho de 1917” (RUBIM; RUBIM, 1982: 26). Já na Bahia foi à greve geral de 1919 fruto de um novo fenômeno, que só veio a ocorrer, na medida em que a população operária crescia, com a institucionalização do trabalho assalariada, e com isso a emergência dos conflitos inerentes a relação capital-trabalho, onde a classe trabalhadora foi ocupando o seu lugar, tomando consciência de seu papel de sujeito, forjando os seus instrumentos de luta, através dos movimentos de greve que se irromperam pelo mundo, no Brasil e em Salvador-Ba. Na greve geral de junho articularam-se as questões mais gerais, as pontuais das categorias envolvidas. O ingresso massivo do setor têxtil, majoritariamente feminino, imprimiu força ao movimento e trouxe a tona reivindicações referentes às especificidades do trabalho feminino, na luta por regulamentação: como a abolição do trabalho infantil, e a isonomia salarial entre mulheres e homens em exercício das mesmas funções (visando garantir a função máxima da mulher como reprodutora e minimizar, ou melhor, acabar com a competitividade entre os “sexos” e a desvalorização salarial, sobretudo nos setores de produção em que estas eram majoritárias).



A greve de setembro de 1919<sup>3</sup>, promovida pelas operárias (os) das fábricas de fiação tecelagem, sobretudo pela ação de mulheres que trabalhavam sob condições totalmente desfavoráveis. Mais do que resultado do não cumprimento dos acordos firmados com o patronato, estava o sentimento de luta por melhores condições de vida e trabalho, enfim, um descontentamento generalizado, capitaneado pela Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia. Assim, as operárias levantavam as suas vozes em protesto contra o opressivo regime de trabalho (intensa fiscalização, multas, extorsões e violência física e moral), a que estavam submetidas. Essas greves representam o início de um longo processo de lutas da classe operária, permeada de intensos fluxos e refluxos ao longo da Primeira República.

## REFERÊNCIA

COMBES, Daniele & HAICAULT, Monique. “Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes” In: A Kartchevsky - Bulport (org.), O Sexo do Trabalho, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

DIAS, Maria Odília LEITE DA Silva. Cotidiano e Poder. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social. São Paulo: DIFEL, 1983.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. A Operária Metalúrgica. 2ª- ed. São Paulo: Cortez, 1984.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A Classe Operária tem dois sexos. Revista Estudos Feministas - CIEC/UFRJ.

MARTINS, José de Sousa. Exclusão Social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MATOS, Vanessa C. S. Gênero e Trabalho: Um olhar sobre as jornadas operárias de junho e setembro de 1919: Salvador/Bahia. Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, 2008.

PENA, Maria Valeria Junho. Mulheres e trabalhadoras. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 130

SAMPAIO, Jose Luis Pamponet. Evolução de uma Empresa no Contexto da Industrialização Brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte (1891-1930). Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 1975.

---

<sup>3</sup> Diferenciou-se substancialmente da greve geral; primeiro por ser de uma categorial industrial (têxtil); segundo não foi “apoiada”, ou melhor disputada pelos jornais e políticos da oposição anti-seabrista (Seabra era uma das principais referências políticas na Bahia, sendo o governador Moniz se principal aliado no período); terceiro coincidiu com o recrudescimento das disputas nos municípios do interior: em quarto não conseguiu a adesão do conjunto de categorias envolvidas no movimento anterior (de junho) e por fim foi sistematicamente reprimida pela união do governo com os patrões (sem falar no realimento das forças políticas). Ver, MATOS, Vanessa C S. Um olhar sobre as greves operárias de junho e setembro de 1919. Dissertação apresentada ao programa de Pós – graduação em estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e feminismo / UFBA. 2008, p. 130



**XII SEMOC** SEMANA DE  
MOBILIZAÇÃO  
CIENTÍFICA  
SEGURANÇA: A PAZ É FRUTO DA JUSTIÇA



STEIN, Stanley. Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil (1850-1950). Rio de Janeiro: Campus, 1979.

RUBIM, Antonio Albino e RUBIM, Jorge Canelas. As Lutas Operárias na Bahia (1917-1921). Caderno do CEAS. Salvador, nº. 80, julho / agosto de 1982.

MATOS, Vanessa C S. Um olhar sobre as greves operárias de junho e setembro de 1919. Dissertação apresentada ao programa de Pós – graduação em estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e feminismo / UFBA, 2008.